



EDITAL DE LICITAÇÃO

EDITAL Nº 006/2024

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 003/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 73864/2024

LEI 14.133/2021

PREÂMBULO

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA DA REALIZAÇÃO 02/07/2024

HORARIO: 09h00min.

LOCAL: SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJÁ- GO.

ENDEREÇO: RUA ANTÔNIO NUNES DA SILVA, N. 235, CENTRO - ITAJÁ – GO

O MUNICÍPIO DE ITAJÁ/GO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. **02.186.757/0001-47** com sede administrativa na **Rua Antônio Nunes da Silva, n. 235, Centro - Itajá – GO**,, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar, por intermédio de seu Agente de Contratação (Pregoeiro) **Marcelo Faria Santos** e Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 1224A/2023, de 03 de abril de 2023, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto Municipal nº 1.251A de 08 de janeiro de 2024, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP, Tipo menor preço por item**, conforme descrito neste Edital e seus anexos. Os interessados na presente licitação poderão retirar o Edital e respectivos anexos no endereço eletrônico site <http://itaja.go.gov.br/> à disposição dos interessados para consulta e estudo, durante o prazo de divulgação da Licitação até o recebimento dos envelopes, no caso de dúvidas, entrar em contato com sala de licitação no prédio da Prefeitura Municipal de Itajá-GO, ou por prefeituraitaja.licitacao@gmail.com, assim como pelo telefone (64) 3648-7500, em dias úteis no horário das 08:00h às 13:00h , de segunda a sexta-feira, no endereço acima citado.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

a) Esta licitação será realizada com as condições estabelecidas neste Edital, e será regida pela



Lei Federal nº 14.133/2021, e demais legislações pertinentes ao objeto.

b)O Agente de Contratação e equipe que conduzirá esse certame foi nomeada pelo Decreto nº 1224A/2023, de 03 de abril de 2023.

c) A utilização da forma presencial no presente Pregão se justifica tendo em vista que o artigo 176 da Lei 14.133/2021 dá um prazo maior para os Municípios de até 20.000 habitantes, como é o caso de Itajá – Goiás, se adequarem à forma eletrônica:

d)Art. 176. Os Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes terão o prazo de 6 (seis)anos, contado da data de publicação desta Lei, para cumprimento:

(...)

II - da obrigatoriedade de realização da licitação sob a forma eletrônica a que se refere o

§ 2º do art. 17 desta Lei;

e)A Lei 14.133/2021 também prevê, no parágrafo segundo do artigo 17 que as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudioe vídeo.

f)O presente Edital se submete integralmente ao disposto nos Artigos 42, 43, 44, 45 e 46 daLei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, assegurando o direito de prioridade para a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, no critério do desempate, quando verificado ao final da disputa de preços, na forma do art. 60º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

1 - OBJETO:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (BÁSICO, ELÉTRICO, HIDRO SANITÁRIO E ACABAMENTO) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MANUT. DESENV. EDUC. BASICA DE ITAJA - FUNDEB E FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAJÁ/GO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA.

2 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1.1-Poderão participar desta Licitação as empresas (pessoas jurídicas) legalmente constituídas e estabelecidas anteriormente à data de abertura do presente certame, **com objeto social pertinente e compatível com o certame**, e que atenderem às exigências deste edital e seus Anexos.

2.1.2-Quando não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempreendedor, microempresas ou empresas de pequeno porte capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório nos itens exclusivo, o Agente de Contratação convocará as demais licitante(s) para participar(em) deste item, conforme art. 49,



inciso II da Lei Complementar 123/06.

2.1.3-Admite-se a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio de empresas, observadas as disposições deste edital (e de suas partes integrantes) e da Lei, notadamente no tocante às regras do art.15 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021).

2.1.4-As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que o Município de Itajá-Go, não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

2.1.5-A participação na licitação implica, automaticamente, na aceitação integral dos termos deste Edital, seus Anexos e leis aplicáveis.

2.1.6-Os documentos exigidos deverão ser apresentados em original ou publicação em órgão da imprensa oficial, por qualquer processo de cópia simples, desde que devidamente LEGÍVEL, ressaltado o direito da comissão em solicitar o original para comparação.

2.1.7-Só terão direito de usar a palavra, rubricar as documentações, propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar as Atas os licitantes credenciados, o e os membros da Equipe de Apoio.

2.2 -É vedada a participação de empresas:

2.2.1-Concordatária, ou em recuperação judicial, ou extrajudicial, ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

2.2.2-Que tenha(m) sido declarada(s) inidônea(s) pela Administração Pública e, caso participe do processo licitatório, estará(ão) sujeita(s) às penalidades previstas no Art. 155 a 163 da Lei Federal 14.133/21 sem prejuízo da cobrança de perdas e danos.

2.2.3-Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.4-Pessoa física ou jurídica que incidirem nas hipóteses previstas no § 1º e § 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.2.5-Empresa cujo dirigente ou sócio majoritário, participe como acionista, sócio majoritário, procurador ou representante legal de outra do mesmo ramo, também concorrente nesta licitação.

2.2.6-Não poderá participar direta ou indiretamente da Licitação, servidor do Município de Itajá-Go, bem como as empresas cujos sócios, administradores, empregados, controladores sejam servidores do mesmo.

3 – DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO



3.1.1-O credenciamento se dará junto ao Agente de Contratação (Pregoeiro) por um sócio munido de documento de identidade e Contrato Social/Estatuto ou por um representante munido Procuração, com firma reconhecida, devendo este, no ato da entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente, bem como o Contrato Social/Estatuto da empresa licitante.

a) Microempendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de **MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL**.

b) Empresário **INDIVIDUAL**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) Sociedade empresária, SOCIEDADE LIMITADA UNIPessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do **ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL** no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores, com **COPIA DE RG E CPF DOS SÓCIOS**;

d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

e) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

3.1.2– Declaração Pleno Atendimentos aos Requisitos Edital (anexo IV);

3.1.3 – Declaração de Microempresa EPP (anexo V);

3.1.4 – Carta de Credenciamento (anexo X)

3.1.5 – Certidão Simplificada Microempresa, atualizada (Junta Comercial) com emissão dentro o prazo de 30 dias

3.1.6– Prova inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ).

3.1.7 – Arquivo Eletrônico (Pen-drive com proposta e credenciamento);

3.2.1. A licitante, querendo participar da licitação, **sem a representação do credenciado ou representante**, deverá encaminhar separadamente além do arquivo (Pen-drive) contendo a proposta, os envelopes contendo: o primeiro, a proposta, e o segundo, a habilitação com a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação à PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJÁ - GO, RUA ANTÔNIO NUNES DA SILVA, N. 235, CENTRO – CEP 75815-000, aos



cuidados do PREGOEIRO OFICIAL do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 003/2024**, incluindo os dizeres “ENTREGAR O ENVELOPE LACRADO”.

3.2.2-Os envelopes referidos no item 3.2.1. deverão ser protocolados no **SERVIÇO DE PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL**, tendo como data limite **o último dia útil** que antecede a abertura da sessão pública. O atraso impedirá a participação no certame.

3.3-Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa licitante neste PREGÃO, sob pena de exclusão sumária dos representados. Os seguintes documentos deverão constar com os envelopes protocolados:

3.4-O representante poderá ser substituído, a qualquer momento, por outro devidamente credenciado.

3.5-O presente Edital se submete integralmente ao disposto nos Artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, assegurando o direito de prioridade para a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, no critério do desempate, quando verificado ao final da disputa de preços, na forma do art. 60º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

3.6-Será concedida vistas de toda a documentação apresentada, de maneira individual, para cada um dos licitantes.

4 – DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

4.1-A reunião para abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação será pública, dirigido por um Agente de Contratação (Pregoeiro), equipe de apoio e assessoria, em conformidade com este Edital e seus Anexos.

4.2-Cada empresa interessada deverá apresentar ao Pregoeiro, sua proposta de preços e habilitação, em envelopes separadamente, fechados por qualquer sistema de colagem ou lacre e rubricado no fecho. O envelope deverá ser apresentado, contendo as seguintes indicações no seu anverso:

ENVELOPE Nº. 1 – PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJÁ-GO

EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

ENVELOPE Nº. 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2024



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJÁ

EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

4.3-A proposta deverá ser elaborada preferencialmente, em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração. Ainda poderá utilizar o modelo de proposta como consta nos anexos deste edital, desde que carimbe com carimbo CNPJ.

4.4-Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia.

5 - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA

5.1- ANEXO III – DECLARAÇÃO DE PROPOSTA ECONÔMICA.

5.2 - A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

- a) nome, endereço, e CNPJ da participante;
- b) número do Pregão;
- c) especificação dos itens cotados, em conformidade com o Anexo II – Objeto deste edital.
- d) todos os itens cotados deverá constar a marca;
- e) preço unitário em até 02 (duas) casas decimais, e o valor por item com 02 (duas) casas decimais sem arredondamento, em moeda corrente nacional (real), expresso em algarismos, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.
- f) Declaração da validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura dos trabalhos licitatórios.
- g) Prazo de validade dos produtos deverão ter validade no mínimo de 06 meses a contar da data do recebimento, salvo os de validades menores previsto pela fabricante os quais ficam condicionados ao limite previsto
- h) Deverá ser apresentada **POR MEIO DOGITAL E POR MEIO FÍSICO** (datilografada ou impressa).



i) Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as especificações e exigências do presente Edital e de seus Anexos e que apresentem omissões, irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

j) Não serão aceitos preços cujos valores unitários sejam iguais a 0 (zero), inexequíveis ou excessivos, sendo entendidos como excessivos aqueles superiores aos praticados no mercado, observadas as regras da Lei 14.133/2021

k) O Agente de Contratação (Pregoeiro) considerará como formais erros de somatórios e outros aspectos que beneficiem a Administração Pública e não implique nulidade do procedimento.

5.2-Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo o produto ser fornecido sem ônus adicionais.

5.3-Cada ITEM descrito no referido anexo será considerado em sua totalidade, ou seja, será composto por tantos quantos elementos existirem nele.

5.4-A empresa participante poderá cotar todos ou apenas um dos ITENS, e para cada qual haverá etapas de lances separadas.

5.5-Deverá ser respeitada a numeração dos ITENS e as quantidades, unidades e especificações mínimas de seus elementos, bem como deverá ser indicada a **marca ou procedência** de cada produto/material, valor unitário e total de cada item.

5.6-Deverá constar na proposta ou em anexo à ela declaração de que sua proposta comercial compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposto no parágrafo § 1º art. 63º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, conforme modelo constante no **ANEXO III – DECLARAÇÃO DE PROPOSTA ECONÔMICA**.

5.7-A não apresentação das DECLARAÇÕES/INFORMAÇÕES mencionadas acima ensejará na **DECLASSIFICAÇÃO DO LICITANTE**.

6 - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”

O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados:

6.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

b)Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**.

c) Empresário **INDIVIDUAL**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



d) Sociedade empresária, SOCIEDADE LIMITADA UNIPessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do **ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL** no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores, com **COPIA DE RG E CPF DOS SÓCIOS**;

e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

f) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Obs: Os documentos já apresentados na fase de credenciamento são dispensados na fase de habilitação

6.2 - REGULARIDADE FISCAL

- a) Certidão Negativa de Débito da Dívida Ativa (Receita Federal)
- b) Prova de Regularidade (CRF) Fundo Garantia Tempo de Serviço (FGTS)
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)
- d) Certidão Negativa de Débito Receita Estadual (SEFAZ)
- e) Certidão Negativa de Débito Municipal (Sede)

6.3 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Alvará de Licença de Funcionamento expedido pela Prefeitura ou Distrito Federal; dentro do prazo de validade

6.4- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, datado dos últimos **60 (sessenta)** dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão

6.5 - DECLARAÇÕES

- a) Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos (ANEXO VII)
- b) Declaração relativa ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal (Não emprega Menor) (ANEXO VI)
- c) Declaração de Idoneidade (ANEXO IX);
- d) Declaração de Ausência de Vínculo (Anexo VIII)



6.6. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)

6.6.1-Nos termos dos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/06, as ME e EPP, deverão apresentar toda a documentação exigida no Edital, mesmo que está presente alguma restrição com relação à regularidade fiscal;

a) Havendo alguma restrição com relação à regularidade fiscal, será assegurado as ME e EPP o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pelo Agente de Contratação, nos termos do § 1º, art. 43, da Lei Complementar 123/2006 alteração trazida pela Lei 147/2014, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de Certidão Negativa

b) A não regularização da documentação no prazo previsto acima implicará na decadência do direito à contratação, conforme expresso no inciso IV do art. 155º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156º da mesma Lei, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

6.1.2-Nos termos dos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 nas licitações será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as MEI, ME e EPP, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas por estas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) inferiores ao melhor preço e desde que o melhor preço não seja de uma MEI, ME ou EPP.

6.1.3-Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A ME ou EPP mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço superior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

b) Não ocorrendo à contratação de ME ou EPP, na forma da letra “a”, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelos ME e EPP que encontrem no intervalo estabelecido será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor proposta.

7 – DO CRITÉRIO/PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1.1-O critério de julgamento adotado será o menor preço do ITEM, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.



7.1.2-Os documentos auxiliares e os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços de referência, nos termos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, constam dos autos do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 73864/2024.

7.2-No local, dia e hora previstos neste edital, em sessão pública, deverão comparecer os licitantes, com a declaração mencionada no item 4.1 e com os envelopes da “Documentação” e “Proposta, apresentados na forma anteriormente definida.

7.3- Após a fase de credenciamento dos licitantes, na forma do disposto no item 3 o Agente de Contratação (Pregoeiro) procederá à abertura das propostas de preços, verificando, preliminarmente, a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, com a consequente divulgação dos preços cotados pelos licitantes por itens, iniciando pelo primeiro e após passar todas as etapas até o item 7.16, finalizando o preço do primeiro Item, o pregoeiro dará início as etapas de classificação e lances do próximo item consecutivo, como determinado nos itens de 7.4 a 7.16, até o último item. No caso de ocorrer apenas o envio do envelope de proposta, a licitante participará abrindo mão do lance verbal.

7.4-Serão classificados pelo Agente de Contratação (Pregoeiro) o autor da proposta de menor preço por item e todos os demais licitantes que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à de menor preço.

7.5-Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no item 7.4, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até no máximo de 3 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

7.6-Aos licitantes classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances (individuais) verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, iniciando-se pelo autor da proposta classificada de maior preço.

7.7-Caso duas ou mais propostas escritas apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.8-O Agente de Contratação (Pregoeiro) convidará individualmente os licitantes classificados, na forma dos itens 7.3, 7.4 e 7.5, a apresentar os lances verbais, a começar pelo autor da proposta classificada de maior preço, seguida dos demais, em ordem decrescente de valor.

7.9-Só serão aceitos lances da seguinte forma: O lance mínimo será de 0,5% (zero vírgula cinco por Cento) Para determinar o valor de cada lance, será considerado o menor valor proposto pelos licitantes em cada item.

7.10-O Agente de Contratação (Pregoeiro) poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo para a fase de formulação de lances verbais, mediante prévia comunicação aos licitantes e expressa menção na ata da sessão.



Estado de Goiás
Prefeitura Municipal de Itajá
Secretaria Municipal da Administração
Divisão de Compras e Licitações
CNPJ 02.186.757/0001- 47



- 7.11-Só serão aceitos lances cujos valores sejam inferiores ao último apresentado.
- 7.12-Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido em primeiro lugar.
- 7.13-A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Agente de Contratação (Pregoeiro), implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.
- 7.14-O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes classificados manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances, ou seja, a etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinar da formulação de lances.
- 7.15-Casos não se realizem lance verbal será verificada pelo Agente de Contratação (Pregoeiro) a conformidade entre as propostas escritas de menor preço unitário e os valores unitários por Item orçados pela Administração.
- 7.16-Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Agente de Contratação (Pregoeiro) poderá negociar diretamente com o licitante vencedor para que seja obtido melhor preço aceitável dispensando o valor mínimo de lances, devendo essa negociação se dar em público e formalizada em ata, em seguida o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente.
- 7.17-O valor do desconto, entre o valor da proposta e o valor final vencedor do item, será repassado na mesma proporção a todos os itens que compõe o referido Item.
- 7.18-Sendo aceitável a proposta final classificada em primeiro lugar de cada Item, será aberto o envelope da “Documentação” contendo os documentos de habilitação dos licitantes de cada item, para confirmação das suas condições de habilitação;
- 7.19-Verificado o atendimento das exigências de habilitação fixadas no edital, o Agente de Contratação (Pregoeiro) declarará o licitante vencedor.
- 7.20-Caso a oferta não seja aceitável ou o licitante desatenda as exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, verificando, conforme o caso, a aceitabilidade da proposta ou o atendimento das exigências de habilitação, até que um licitante cumpra as condições fixadas neste edital.
- 7.21-Caso a apuração de todos os itens não termine no mesmo dia a sessão continuará no próximo dia útil, no mesmo local às 08h00min, ou outro horário registrado em ata.
- 7.22-Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, em que serão registradas as ocorrências relevantes, e, ao final, será assinada pelo Agente de Contratação (Pregoeiro) e demais membros da Equipe de Apoio, bem como pelos licitantes presentes.



7.23-A deliberação do Agente de Contratação (Pregoeiro) ficará sujeita à homologação pelo Chefe do Poder Executivo, que poderá revogar total ou parcialmente a presente licitação, por interesse público e anulá-la por ilegalidade de ofício ou mediante provocação de terceiros, não cabendo ao licitante direito de indenização.

8 - DAS PROVIDÊNCIAS/IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

8.1-É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de providências ou de impugnação ao ato convocatório do Pregão e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, na forma do art. 164 da Lei nº 14.133/2021 de 1 de abril de 2021.

8.2-A decisão sobre o pedido de providências ou de impugnação será proferida pela autoridade subscritora do ato convocatório do Pregão no prazo e observada a forma a que alude o parágrafo único do art. 164 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

8.3-O acolhimento do pedido de providências ou de impugnação exige, desde que implique em modificações do ato convocatório do Pregão, além das alterações decorrentes, divulgação pela mesma forma que se deu o texto original e designação de nova data para a realização do certame.

8.4-Não serão conhecidos às impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

9 - DA ENTREGA E SUBSTITUIÇÃO DOS PRODUTOS

9.1-A entrega deverá ser em horário de expediente das 07:00 às 13:00 horas, **com prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis**, a partir do recebimento da autorização de fornecimento. O endereço de entrega será na Rua Antônio Nunes da Silva, n. 235, Centro, Itajá/GO, telefone de contato (64) 3648-7500, ou em outro local designado por essa administração.

9.2-A vencedora é obrigada a substituir, no total ou em parte, os produtos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

10 - DA FORMA DE PAGAMENTO

10.1-O pagamento será efetuado em até 30 dias após apresentação da nota fiscal/ fatura, contendo descrição do objeto correspondente ao item entregue, devidamente atestada pelo setor responsável realizado através de **TRANSFERENCIA BANCARIA** em conta corrente da Vendedora.

10.2-No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura serão devolvidos à contratada para as correções necessárias, não respondendo a contratante por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

11 - DA FORMALIZAÇÃO, VIGÊNCIA, RESCISÃO E PUBLICIDADE DA ATA

11.1-A ATA deverá ser assinada por representante legal, diretor, ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e respectivamente, de procuração ou contrato social,



acompanhados de cédula de identidade.

11.2-O prazo para assinatura da ATA será de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da convocação, podendo ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito, antes do término do prazo previsto, e com exposição de motivo justo que poderá ou não ser aceito pela Administração.

11.3-A Licitante que convocada para assinar a ATA deixar de fazê-lo no prazo fixado dela será excluída.

11.4-Na hipótese do não atendimento à convocação a que se refere o item 11.3 ou havendo recusa em fazê-lo, o Município de Itajá aplicará as penalidades cabíveis.

11.5-A ATA terá seu extrato publicado no site oficial da Prefeitura, assim como a sua íntegra, após assinada e homologada e será disponibilizada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), se pertinente.

11.6-O prazo de vigência da ATA será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o art. 84º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

11.7-Se durante a vigência da ata for constatado que os valores registrados estão superiores aos de mercado, caberá à Administração convocar os fornecedores registrados para negociar o novo valor.

11.8-A extinção da ata poderá ser:

- I- determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II- consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III- determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula § 1º a extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

11.9-A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

11.10-Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- I- devolução da garantia, caso haja;
- II- pagamentos devidos pelos serviços executados até a data de extinção;
- III- pagamento do custo da desmobilização compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.



11.12-Constituirão motivos para extinção da ata, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas nos incisos I ao IX do art. 137 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021:

- I- não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;*
- II- desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;*
- III- alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;*
- IV- decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;*
- V- caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;*
- VI- atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;*
- VII- atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;*
- VIII- razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;*
- IX- não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.*

11.13-A ata terá direito à extinção nas seguintes hipóteses previstas no parágrafo § 2º, incisos I ao V do art. 137 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021:

- I- supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei;*
- II- suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;*
- III- repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;*
- IV- atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;*
- V- não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.*
- VI- Para a extinção a que se referem os incisos II, III e IV do § 2º do art. 137º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, deverão ser observadas os incisos I e II do § 3º do art. 137º da mesma Lei.*
- VII- Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.*



11.14-A rescisão da ata poderá ser:

- I- determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II- consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III- determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1-Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, o Município de Itajá poderá sujeitar a Detentora da Ata/Contratada às penalidades seguintes:

a) Suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração direta e indireta, pelo prazo de até 03 (três) anos (art. 156, III, da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021), em função da natureza e da gravidade da falta cometida ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição à pessoa física ou jurídica que praticar quaisquer atos previstos no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021;

b) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, considerando, para tanto, reincidência de faltas, sua natureza e gravidade. O ato da declaração de inidoneidade será proferido por Autoridade Superior, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

12.2-Pelo atraso injustificado na execução do objeto do Edital, a Detentora/Contratada incorrerá em multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor ajustado, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos incidentes, se destacados em documento fiscal.

12.3-Pela inexecução total ou parcial do ajuste a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

12.4-A aplicação das multas independe de qualquer interpelação judicial, precedida de processo administrativo com ampla defesa, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa.

12.5-As multas e penalidades serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis.

12.6-A Detentora/Contratada será notificada, por escrito para recolhimento da multa aplicada, o que deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis dessa notificação. Se não ocorrer o recolhimento da multa no prazo fixado, o seu valor será deduzido das faturas remanescentes.

12.7-A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, podendo a Administração aplicar as penalidades cabíveis.

12.8-Pelo descumprimento das obrigações assumidas a licitante estará sujeita às



penalidades previstas no art. 156º da Lei nº 14.133/2021 de 1 de abril de 2021.

13 - DA GARANTIA CONTRATUAL

13.1-Garantia, consistindo na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº.8.078, de 11/09/1990– Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

13.2-A empresa fornecedora dos bens será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações do Termo.

13.3-Na substituição de materiais defeituosos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante.

14 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1-As despesas relativas a este processo licitatório correrão por conta de recursos previstos em Lei Orçamentária em vigência, na seguinte Rubrica

0206 – DEPTO. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

04.122.1415.4.006 - Manutenção do Depto de Obras e Serviços Urbanos

33903000 - Material de Consumo

04.122.1425.3.004 – Construção, Ampliação e Reforma de Prédios Públicos

449051 - 0000 - Obras e Instalações

0701 – FMAS DE ITAJÁ

08.244.1408.4.008 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

339032 – 0100 – Material de Dist. Gratuita

0801 – FUNDO MUNICIPAL HAB DE INTERESSE SOCIAL ITAJA

16.482.1416.3.016 – Construção e Adequação de Moradias

449051 - 0000 - Obras e Instalações

0501 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAJA

10.302.1410.4.044 – Manutenção do Atendimento Hospitalar e Ambulatorial

33903000 - Material de Consumo

0401 – FUNDO MANUT. E DESENV.EDUC.BASICA DE ITAJA – FUNDEB

12.361.1412.4.035 – Atividades de Ensino Fundamental

33903000 - Material de Consumo

12.365.1412.4.036 – Atividades de Educação Infantil

33903000 - Material de Consumo

15 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1-A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte da(s) proponente(s), importará na decadência do direito de recurso, competindo o Agente de Contratação adjudicar o objeto do certame à proponente vencedora;

15.2-Existindo recurso(s) e constatada a regularidade dos atos praticados e após a decisão



do(s) mesmo(s), a autoridade competente deve praticar o ato de adjudicação do objeto do certame à proponente vencedora;

15.3-Compete à autoridade competente homologar o PREGÃO;

15.4-A partir do ato da homologação será fixado o início do prazo de convocação da proponente adjudicatária para assinar o Contrato, respeitada a validade de sua proposta.

15.5-Após a homologação do processo licitatório, serão disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), acaso pertinente e operacionalmente possível em atendimento à Lei 14.133/2021.

16 - DAS REVISÕES DE PREÇOS

16.1-O valor registrado vigente poderá ser revisto, por solicitação formal do Signatário Detentor, somente para que seja mantido o equilíbrio econômico-financeiro, conforme Art. 124 da Lei Federal 14.133/2021 de 01 de abril de 2021.

16.2-O pedido deverá ser enviado ao Gestor da Ata, através do protocolo geral do Município no horário de expediente.

16.3-A solicitação de revisão de preço(s) deverá ser devidamente justificada e acompanhada de documentos comprobatórios da sua necessidade, originais ou cópias autenticadas, a qual será analisada pela Assessoria Jurídica do Município.

16.4-Para a solicitação de revisão de preço(s), o Signatário Detentor terá que apresentar planilha atualizada da composição de preços do(s) produto(s), considerando todos os itens constantes na proposta anterior apresentada, quando da apresentação da proposta.

16.5-A análise para deferimento total ou parcial ou ainda indeferimento da revisão solicitada deverá ser instruída com justificativa e memória dos respectivos cálculos, para deliberação pela Assessoria Jurídica e pelo Gestor da Ata, em aproximadamente 10 (dez) dias úteis, contados a partir da entrega da documentação completa pelo Signatário Detentor.

17 - DOS RECURSOS

17.1-Ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer contra decisões do Agente de Contratação (Pregoeiro) poderá fazê-lo, através do seu representante, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões, sendo-lhes facultado juntarem memoriais no prazo de 03 (três) dias. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

17.1.1-A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.

17.2-Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

17.3-Os recursos contra decisões do Agente de Contratação (Pregoeiro) não terão efeito suspensivo.

17.4-O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



17.5-As Impugnações, Esclarecimentos e os Recursos deverão ser enviados em duas vias. Uma via original deverá ser encaminhada para o Município de Itajá-GO. – Rua Antônio Nunes da Silva, n. 235, Centro - Itajá – GO Setor de Licitações. Esta via deverá estar em papel timbrado com o nome da empresa, as razões do recurso e assinatura do representante legal para que possa ser anexada no processo- Junto com este documento original, deverá ser enviado também uma cópia por e-mail (e-mail do pregoeiro indicado na pg. 01 do edital) para que seja possível a publicação on-line das razões do recurso interposto e a decisão cabida a este.

18 - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO/ATA

18.1-O Contrato/ATA poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021:

18.1.1-Os valores da ata são fixos e irredutíveis, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento e justificativa expressos do Fornecedor/Prestador de Serviços e comprovação documental, decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços, cabendo ao órgão promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

18.1.1.1-Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus valores aos praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

18.1.1.2-A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus valores aos valores de mercado observará a classificação original.

18.1.2-Se ocorrer do preço de mercado tornar-se maior que os valores registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Contratante poderá:

18.1.2.1-Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

18.1.3-Não havendo êxito nas negociações, o Contratante deverá proceder à revogação do Contrato, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

18.1.4-O Contrato/ata será cancelado mediante formalização por despacho do órgão Contratante, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando o fornecedor:

18.1.4.1-Descumprir as condições do Contrato/ata;

18.1.4.2-Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

18.1.4.3-Não aceitar reduzir o seu valor registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou



18.1.4.4-Sofrer sanção prevista no art. 156º, incisos I ao IV da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

18.1.5-O cancelamento do contrato poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

18.1.5.1-Por razão de interesse público; ou

18.1.5.2-A pedido do fornecedor.

19 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS/ FINAIS

19.1-A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município de Itajá revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. O Município de Itajá, poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

19.2-O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

19.3-É facultado ao Agente de Contratação (Pregoeiro), ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

19.4-Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

19.5-O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

19.6-As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

19.7-As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

19.8-Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Agente de Contratação (Pregoeiro) e Equipe de Apoio e Departamento Jurídico.

19.9-A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.



Estado de Goiás
Prefeitura Municipal de Itajá
Secretaria Municipal da Administração
Divisão de Compras e Licitações
CNPJ 02.186.757/0001- 47



19.10-O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Itajá, Estado de Goiás.

19.11-O Agente de Contratação (Pregoeiro) e sua Equipe de Apoio, atenderá aos interessados na presente licitação na sede da Municipalidade, localizada à Rua Antônio Nunes da Silva, n. 235, Centro - Itajá – GO, nos dias úteis, das 07h às 13h, ou pelo <http://itaja.go.gov.br>. Outras informações pelo e-mail prefeituraitaja.licitacao@gmail.com, assim como pelo telefone (64) 3648-7500.

19.12-Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Agente de Contratação (Pregoeiro) em contrário.

19.13-Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Agente de Contratação (Pregoeiro) ou autoridade superior, nos termos da legislação pertinente.

19.14-Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

18.16-Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.15-Integram e fazem parte do presente Edital:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

ANEXO II – PROPOSTA - MODELO E OBSERVAÇÕES

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE PROPOSTA ECONÔMICA (envelope 01)

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DO EDITAL
(Fora dos envelopes)

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
(Fora dos envelopes)

ANEXO VI – DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR (Envelopes 02)

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO
(Envelopes 02)

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO (Envelope 02)

ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE (Envelopes 02)

ANEXO X - CARTA DE CREDENCIAMENTO (Fora dos envelopes)

ANEXO XI - MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO XII – ESTUDO TECNICO PRELIMINAR

Arquivo Eletrônico – Pen-drive; proposta e credenciamento preenchidos (fora dos envelopes).



Estado de Goiás
Prefeitura Municipal de Itajá
Secretaria Municipal da Administração
Divisão de Compras e Licitações
CNPJ 02.186.757/0001- 47



Itajá-GO, aos 28 dias do mês de maio de 2024

Marcelo Faria Santos
Agente de Contratação



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (BÁSICO, ELÉTRICO, HIDRO SANITÁRIO E ACABAMENTO) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MANUT. DESENV. EDUC. BASICA DE ITAJA - FUNDEB E FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAJÁ/GO, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES PLANILHA ABAIXO:

Item	Unidade	Descrição	Quant.	Valor Médio	Total
1	UN	ABRAÇADEIRA NYLON ENFORCA GATO 100MM	10000	R\$ 0,55	R\$ 5.500,00
2	UN	ABRAÇADEIRA NYLON ENFORCA GATO 200MM	10000	R\$ 0,73	R\$ 7.300,00
3	UN	ABRAÇADEIRA NYLON ENFORCA GATO 300MM	10000	R\$ 0,93	R\$ 9.300,00
4	UN	ABRAÇADEIRA TIPO U 1/2	120	R\$ 1,86	R\$ 223,20
5	UN	ABRAÇADEIRA TIPO U 3/4	120	R\$ 2,93	R\$ 351,60
6	UN	ACABAMENTO P/ VALVULA DESCARGA DOCOL E HYDRA	35	R\$ 52,97	R\$ 1.853,95
7	BR	AÇO CA 50 8.0MM - 12MTS	1080	R\$ 62,47	R\$ 67.467,60
8	BR	AÇO CA 60 4.2MM - 12MTS	1080	R\$ 22,63	R\$ 24.440,40
9	UN	ADAPTADOR COM FLANGE 25 X 3/4 (TIPO: TIGRE OU DE MELHOR QUALIDADE)	120	R\$ 16,13	R\$ 1.935,60
10	UN	ADAPTADOR COM FLANGE 50 X 1.1/2 (TIPO: TIGRE OU DE MELHOR QUALIDADE)	120	R\$ 41,33	R\$ 4.959,60
11	UN	ADAPTADOR PRETO 1.1/2	120	R\$ 12,55	R\$ 1.506,00
12	UN	ADAPTADOR PRETO 1/2	120	R\$ 7,33	R\$ 879,60
13	UN	ADAPTADOR PRETO 3/4	120	R\$ 11,70	R\$ 1.404,00
14	UN	ADESIVO COLA P/TUBO PVC 175GR (TIPO: TIGRE OU DE MELHOR QUALIDADE)	130	R\$ 34,98	R\$ 4.547,40
15	UN	ADESIVO COLA P/TUBO PVC 17GR (TIPO: TIGRE OU DE MELHOR QUALIDADE)	130	R\$ 7,93	R\$ 1.030,90
16	UN	ADESIVO COLA P/TUBO PVC 75GR (TIPO: TIGRE OU DE MELHOR QUALIDADE)	130	R\$ 13,57	R\$ 1.764,10
17	UN	ADESIVO COLA P/TUBO PVC 850GR (TIPO: TIGRE OU DE MELHOR QUALIDADE)	130	R\$ 137,63	R\$ 17.891,90
18	UN	AGUARRAZ 900 ML	120	R\$ 21,27	R\$ 2.552,40
19	UN	ALAVANCA SEXTAVADA PONTA RETA E PÁ CURVA 1 X 1,80M	25	R\$ 240,97	R\$ 6.024,25
20	UN	ALGICIDA CHOQUE 1L (PISCINA)	24	R\$ 70,50	R\$ 1.692,00
21	UN	ALICATE UNIVERSAL 8"	80	R\$ 71,60	R\$ 5.728,00



Estado de Goiás
Prefeitura Municipal de Itajá
Secretaria Municipal da Administração
Divisão de Compras e Licitações
CNPJ 02.186.757/0001- 47



22	UN	ANEL DE VEDACAO COM GUIA PARA BACIA SANITARIA	40	R\$ 24,78	R\$ 991,20
23	KG	ARAME GALVANIZADO Nº. 14	120	R\$ 28,17	R\$ 3.380,40
24	KG	ARAME GALVANIZADO Nº. 16	120	R\$ 29,80	R\$ 3.576,00
25	KG	ARAME RECOZIDO 18 1 KG	120	R\$ 30,47	R\$ 3.656,40
26	UN	ARCO DE SERRA FIXO 12 POL	100	R\$ 59,27	R\$ 5.927,00
27	UN	ARGAMASSA PISO SOBRE PISO 20 KG	200	R\$ 58,00	R\$ 11.600,00
28	UN	ARRUELA LISA DE AÇO 1/4	1200	R\$ 0,28	R\$ 336,00
29	UN	ARRUELA LISA DE AÇO 3/8	1200	R\$ 0,43	R\$ 516,00
30	UN	ARRUELA LISA DE AÇO 5/16	1400	R\$ 0,43	R\$ 602,00
31	UN	BACIA SANITARIA (VASO) COM CAIXA ACOPLADA DE LOUCA BRANCA	55	R\$ 474,83	R\$ 26.115,65
32	UN	BACIA SANITARIA	55	R\$ 246,97	R\$ 13.583,35
33	UN	BARRA ROSQUEADA 3/8	160	R\$ 16,17	R\$ 2.587,20
34	UN	BARRA ROSQUEADA 5/16	160	R\$ 11,77	R\$ 1.883,20
35	UN	BARRA ROSQUEADA DE 1/4	160	R\$ 11,60	R\$ 1.856,00
36	UN	BARRILHA LEVE 2KG (PISCINA)	24	R\$ 67,00	R\$ 1.608,00
37	UN	BETONEIRA 400 LITROS 220V	3	R\$ 6.016,63	R\$ 18.049,89
38	UM	BLOCO 19 x 19 x 09	90000	R\$ 1,27	R\$ 114.300,00
39	UN	BOIA P/CX.DAGUA 1/2 E 3/4	30	R\$ 19,53	R\$ 585,90
40	UN	BRAÇO P/CHUVEIRO 40CM 1/2	50	R\$ 17,10	R\$ 855,00
41	UN	BROXA RETANGULAR 18X18 CM	45	R\$ 17,73	R\$ 797,85
42	UN	CABO P/ROLO DE PINTURA	30	R\$ 12,43	R\$ 372,90
43	UN	CADEADO 10MM	55	R\$ 20,30	R\$ 1.116,50
44	UN	CADEADO 20MM	55	R\$ 29,38	R\$ 1.615,90
45	UN	CADEADO 30MM	35	R\$ 31,77	R\$ 1.111,95
46	UN	CADEADO 40MM	55	R\$ 39,93	R\$ 2.196,15
47	UN	CADEADO 50MM	55	R\$ 59,63	R\$ 3.279,65
48	UN	CADEADO 60MM	55	R\$ 74,97	R\$ 4.123,35
49	UN	CAIXA D'AGUA 1000 LTS POLIETILENO	50	R\$ 319,63	R\$ 15.981,50
50	UN	CAIXA D'AGUA 500 LTS POLITILENO	50	R\$ 219,97	R\$ 10.998,50
51	UN	CAIXA DE DESCARGA 9 LITROS	70	R\$ 45,57	R\$ 3.189,90
52	UN	CAIXA DE GORDURA COM CESTO E TAMPA 100MM	80	R\$ 180,63	R\$ 14.450,40
53	UN	CAL BRANCO 20KG	600	R\$ 21,13	R\$ 12.678,00
54	LT	CAL LIQUIDO 1LT	350	R\$ 31,90	R\$ 11.165,00
55	UN	CAMARA DE AR 3.25X8	30	R\$ 32,13	R\$ 963,90
56	UN	CARRIOLA DE MAO EXTRA FORTE	60	R\$ 474,97	R\$ 28.498,20
57	UN	CATALIZADOR PARA ESMALTE SINTETICO 150ML	120	R\$ 38,08	R\$ 4.569,60
58	KIT	CAVALETE SANEAGO KIT S/REGISTRO	100	R\$ 156,92	R\$ 15.692,00
59	UN	CHUVEIRO ELETRICO PADRAO 220V	100	R\$ 93,25	R\$ 9.325,00
60	UN	CILINDRO MIOLO TAMBOR DE FECHADURA UNIVERSAL	65	R\$ 30,30	R\$ 1.969,50
61	UN	CIMENTO 50 KG	5000	R\$ 51,30	R\$ 256.500,00
62	UN	CLORO MULTIAÇÃO 10KG (PISCINA)	24	R\$ 458,50	R\$ 11.004,00
63	UN	COLA PVA 1 LITRO	60	R\$ 57,97	R\$ 3.478,20



Estado de Goiás
Prefeitura Municipal de Itajá
Secretaria Municipal da Administração
Divisão de Compras e Licitações
CNPJ 02.186.757/0001- 47



64	UN	COLA SILICONE INCOLOR 280GR	50	R\$ 36,17	R\$ 1.808,50
65	UN	COLA SILICONE INCOLOR 50G	50	R\$ 18,53	R\$ 926,50
66	UN	COLHER P/PEDREIRO N°9	30	R\$ 33,78	R\$ 1.013,40
67	BR	COLUNA 1/4 6 M	500	R\$ 80,63	R\$ 40.315,00
68	BR	COLUNA 5/16 6M	500	R\$ 100,00	R\$ 50.000,00
69	MT	CONDUÍTE CORRUGADO AMARELO 3/4	500	R\$ 3,73	R\$ 1.865,00
70	UN	CONECTOR SIMPLES C-25	200	R\$ 7,40	R\$ 1.480,00
71	UN	CONTACTOR 3TF43 - 22A	50	R\$ 189,67	R\$ 9.483,50
72	UN	CUMEEIRA NORMAL 1.10X60	300	R\$ 62,57	R\$ 18.771,00
73	UN	CUTIANO P/ TELHA ROMANA OU PORTUGUESA	1000	R\$ 11,13	R\$ 11.130,00
74	UN	DESEMPENADEIRA EM AÇO LISA 26CM	35	R\$ 32,00	R\$ 1.120,00
75	UN	DISCO CIRCULAR P/MADEIRA 7.1/4	160	R\$ 42,28	R\$ 6.764,80
76	UN	DISJUNTOR BIPOLAR 20A DIN	50	R\$ 43,80	R\$ 2.190,00
77	UN	DISJUNTOR BIPOLAR 40A DIN	50	R\$ 43,80	R\$ 2.190,00
78	UN	DISJUNTOR BIPOLAR 50A DIN	50	R\$ 43,80	R\$ 2.190,00
79	UN	DISJUNTOR TRIPOLAR 90A	50	R\$ 203,83	R\$ 10.191,50
80	UN	DISJUNTOR UNIPOLAR 16A	50	R\$ 13,55	R\$ 677,50
81	UN	DISJUNTOR UNIPOLAR 25A DIN	50	R\$ 13,70	R\$ 685,00
82	UN	DISJUNTOR UNIPOLAR 32A	50	R\$ 14,47	R\$ 723,50
83	UN	DISJUNTOR UNIPOLAR 40A	80	R\$ 19,72	R\$ 1.577,60
84	UN	DUCHA HIGIENICA CROMADA 1/4	65	R\$ 96,97	R\$ 6.303,05
85	UN	ESPATULA DE AÇO N°10	120	R\$ 17,20	R\$ 2.064,00
86	UN	ESPUMA EXPANSIVA 500ML	65	R\$ 43,23	R\$ 2.809,95
87	BR	FERRO 1/4 DE 12 MTS	250	R\$ 44,97	R\$ 11.242,50
88	BR	FERRO 3/8 DE 12 MTS	200	R\$ 112,30	R\$ 22.460,00
89	BR	FERRO 4.2 DE 12 MTS	400	R\$ 23,67	R\$ 9.468,00
90	BR	FERRO 5.0 DE 12 MTS	200	R\$ 28,63	R\$ 5.726,00
91	BR	FERRO 5/16 DE 12 MTS	400	R\$ 66,57	R\$ 26.628,00
92	MT	FIO FLEXIVEL 1,5 MM	20000	R\$ 2,47	R\$ 49.400,00
93	MT	FIO FLEXIVEL 10 MM	4000	R\$ 12,92	R\$ 51.680,00
94	MT	FIO FLEXIVEL 2,50 MM	20000	R\$ 2,70	R\$ 54.000,00
95	MT	FIO FLEXIVEL 4 MM	4000	R\$ 5,52	R\$ 22.080,00
96	MT	FIO FLEXIVEL 6 MM	10000	R\$ 7,23	R\$ 72.300,00
97	MT	FIO PARALELO 2 X 1,5 MM	20000	R\$ 4,43	R\$ 88.600,00
98	MT	FIO PARALELO 2 X 2,5 MM	20000	R\$ 6,85	R\$ 137.000,00
99	UN	FITA CREPE 24X50 MM	100	R\$ 8,93	R\$ 893,00
100	UN	FITA CREPE 48X50 MM	100	R\$ 17,47	R\$ 1.747,00
101	UN	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 5 M	160	R\$ 9,13	R\$ 1.460,80
102	UN	FITA VEDA ROSCA 18MM X 50M	120	R\$ 26,55	R\$ 3.186,00
103	UN	FLOCULANTE E CLARIFICANTE 1L (FLOC PLUS)(PISCINA)	24	R\$ 42,00	R\$ 1.008,00
104	CX	GRAFIATO 18 LTS	35	R\$ 120,50	R\$ 4.217,50
105	UN	HASTE P/ ATERRAMENTO COBRE 1,20MTS 10MM C/ CONECTOR	40	R\$ 47,70	R\$ 1.908,00



Estado de Goiás
Prefeitura Municipal de Itajá
Secretaria Municipal da Administração
Divisão de Compras e Licitações
CNPJ 02.186.757/0001- 47



106	UN	JOELHO ESGOTO 100 MM (TIPO: TIGRE OU DE MELHOR QUALIDADE)	55	R\$ 12,93	R\$ 711,15
107	UN	JOELHO ESGOTO 150 MM (TIPO: TIGRE OU DE MELHOR QUALIDADE)	45	R\$ 81,13	R\$ 3.650,85
108	UN	JOELHO ESGOTO 50 MM (TIPO: TIGRE OU DE MELHOR QUALIDADE)	45	R\$ 3,88	R\$ 174,60
109	UN	JOELHO SOLDAVEL 25 MM (TIPO: TIGRE OU DE MELHOR QUALIDADE)	160	R\$ 1,97	R\$ 315,20
110	UN	JOELHO SOLDAVEL 50 MM (TIPO: TIGRE OU DE MELHOR QUALIDADE)	90	R\$ 6,53	R\$ 587,70
111	UN	JOELHO SOLDAVEL AZUL 25 X 1/2 MM (TIPO: TIGRE OU DE MELHOR QUALIDADE)	60	R\$ 6,78	R\$ 406,80
112	UN	JOELHO SOLDAVEL AZUL 25 X 3/4 MM (TIPO: TIGRE OU DE MELHOR QUALIDADE)	60	R\$ 15,17	R\$ 910,20
113	UN	KIT PISTAO COMPLETO P/VALVULA DESCARGA	55	R\$ 88,80	R\$ 4.884,00
114	UN	KIT UNIVERSAL ACIONAMENTO SIMPLES CAIXA ACOPLADA	55	R\$ 145,97	R\$ 8.028,35
115	UN	LAMINA P/SERRA MANUAL 12 POL	100	R\$ 15,80	R\$ 1.580,00
116	UN	LAMPADA ESPIRAL 20W 220W	150	R\$ 22,47	R\$ 3.370,50
117	UN	LAMPADA ESPIRAL 23W 220W	150	R\$ 24,77	R\$ 3.715,50
118	UN	LAMPADA ESPIRAL 30W 220W	150	R\$ 31,83	R\$ 4.774,50
119	UN	LAMPADA ESPIRAL 45W 220W	150	R\$ 61,30	R\$ 9.195,00
120	UN	LAMPADA LED 15W 6500K	500	R\$ 21,17	R\$ 10.585,00
121	UN	LAMPADA LED BULBO 12W	110	R\$ 12,52	R\$ 1.377,20
122	UN	LAMPADA LED BULBO 30W 6500K	500	R\$ 30,30	R\$ 15.150,00
123	UN	LAMPADA LED BULBO 40W 6500K	500	R\$ 40,30	R\$ 20.150,00
124	UN	LAMPADA LED BULBO 50W 6500K	500	R\$ 59,63	R\$ 29.815,00
125	UN	LAPIS CARPINTEIRO	70	R\$ 4,67	R\$ 326,90
126	UN	LIGAÇÃO P/BACIA CL-08 CROMADO	55	R\$ 22,17	R\$ 1.219,35
127	UN	LINHA P/PEDREIRO 100MT	100	R\$ 12,83	R\$ 1.283,00
128	UN	LIXA D'AGUA EM FOLHA, GRAO 100	519	R\$ 4,23	R\$ 2.195,37
129	UN	LIXA EM FOLHA PARA FERRO, NUMERO 150	378	R\$ 5,80	R\$ 2.192,40
130	UN	LIXA EM FOLHA PARA PAREDE OU MADEIRA, NUMERO 120 (COR VERMELHA)	669	R\$ 2,60	R\$ 1.739,40
131	UN	LUVA ESGOTO 100 MM (TIPO: TIGRE OU DE MELHOR QUALIDADE)	200	R\$ 10,18	R\$ 2.036,00
132	UN	LUVA ESGOTO 40 MM (TIPO: TIGRE OU DE MELHOR QUALIDADE)	120	R\$ 5,60	R\$ 672,00
133	UN	LUVA SOLDAVEL 25 MM (TIPO: TIGRE OU DE MELHOR QUALIDADE)	120	R\$ 2,43	R\$ 291,60
134	UN	LUVA SOLDAVEL 50 MM (TIPO: TIGRE OU DE MELHOR QUALIDADE)	120	R\$ 7,30	R\$ 876,00
135	UN	LUVA SOLDAVEL AZUL 20 X 1/2 (TIPO: TIGRE OU DE MELHOR QUALIDADE)	120	R\$ 9,00	R\$ 1.080,00
136	UN	LUVA SOLDAVEL AZUL 25 X 1/2 (TIPO: TIGRE OU DE MELHOR QUALIDADE)	120	R\$ 8,28	R\$ 993,60
137	UN	LUVA SOLDAVEL AZUL 25 X 3/4 (TIPO: TIGRE OU DE MELHOR QUALIDADE)	120	R\$ 9,00	R\$ 1.080,00



Estado de Goiás
Prefeitura Municipal de Itajá
Secretaria Municipal da Administração
Divisão de Compras e Licitações
CNPJ 02.186.757/0001- 47



138	UN	LUVA SOLDAVEL L/R 50 X 1. 1/2 (TIPO: TIGRE OU DE MELHOR QUALIDADE)	120	R\$ 36,63	R\$ 4.395,60
139	MT	MANGUEIRA P/JARDIM	1000	R\$ 12,07	R\$ 12.070,00
140	UN	MASSA ACRILICA 900ML (TIPO: EUCATEX OU DE MELHOR QUALIDADE)	140	R\$ 24,63	R\$ 3.448,20
141	CX	MASSA CORRIDA 25 KG (TIPO: FUTURA OU DE MELHOR QUALIDADE)	140	R\$ 106,73	R\$ 14.942,20
142	CX	MASSA CORRIDA ACRILICA 25 KG (TIPO: FUTURA OU DE MELHOR QUALIDADE)	140	R\$ 165,80	R\$ 23.212,00
143	UN	MASSA CORRIDA PVA 900ML (TIPO: EUCATEX OU DE MELHOR QUALIDADE)	140	R\$ 18,23	R\$ 2.552,20
144	LT	NEUTROL 18 LTS (TIPO: VEDACIT OU DE MELHOR QUALIDADE)	120	R\$ 659,63	R\$ 79.155,60
145	LT	NEUTROL 3.600ML (TIPO: VEDACIT OU DE MELHOR QUALIDADE)	80	R\$ 181,10	R\$ 14.488,00
146	UN	NIPEL C/ROSCA 1/2 PVC	200	R\$ 3,33	R\$ 666,00
147	UN	OCULOS DE SEGURANÇA HASTE PRETO	55	R\$ 13,30	R\$ 731,50
148	UN	PA DE BICO C/CABO 71CM	60	R\$ 75,30	R\$ 4.518,00
149	UN	PADRÃO MONOFASICO 5 M	30	R\$ 1.046,67	R\$ 31.400,10
150	UN	PADRÃO MONOFASICO 7 M	30	R\$ 1.296,63	R\$ 38.898,90
151	UN	PADRÃO TRIFASICO 5 M	30	R\$ 1.496,67	R\$ 44.900,10
152	UN	PADRÃO TRIFASICO 7 M	30	R\$ 2.420,00	R\$ 72.600,00
153	UN	PALHA DE AÇO N° 01	200	R\$ 5,27	R\$ 1.054,00
154	UN	PARAFUSO PARA TELHA 366	3000	R\$ 1,80	R\$ 5.400,00
155	UN	PASSAFIO ALMA AÇO 20MT	30	R\$ 32,07	R\$ 962,10
156	UN	PINCEL 1"	60	R\$ 6,40	R\$ 384,00
157	UN	PINCEL 1.1/2	60	R\$ 8,73	R\$ 523,80
158	UN	PINCEL 1/2	60	R\$ 6,63	R\$ 397,80
159	UN	PINCEL 2"	60	R\$ 10,72	R\$ 643,20
160	UN	PINCEL 2.1/2	60	R\$ 13,80	R\$ 828,00
161	UN	PINCEL 3"	60	R\$ 16,27	R\$ 976,20
162	UN	PINO FEMEA 2P+T 10A	50	R\$ 12,67	R\$ 633,50
163	UN	PINO MACHO 2P 10A	50	R\$ 12,17	R\$ 608,50
164	M²	PISO CERÂMICO 45 x 45	3000	R\$ 32,90	R\$ 98.700,00
165	UN	PLAFONIL C/ SOQUETE LOUÇA BRANCO	50	R\$ 11,87	R\$ 593,50
166	UN	PNEU 2.50X80 P/CARRIOLA	30	R\$ 62,98	R\$ 1.889,40
167	UN	PORTA LAMINADA 2,10 X 0,70	60	R\$ 549,96	R\$ 32.997,60
168	UN	PORTA LAMINADA 2,10 X 0,80	60	R\$ 488,60	R\$ 29.316,00
169	UN	PORTA LISA 2,10 X 80 MOGNO	20	R\$ 184,63	R\$ 3.692,60
170	KG	PREGO 15X15	50	R\$ 28,60	R\$ 1.430,00
171	KG	PREGO 17X21	50	R\$ 23,93	R\$ 1.196,50
172	KG	PREGO 18X24	50	R\$ 28,07	R\$ 1.403,50



Estado de Goiás
Prefeitura Municipal de Itajá
Secretaria Municipal da Administração
Divisão de Compras e Licitações
CNPJ 02.186.757/0001- 47



173	UN	PULVERIZADOR COSTAL ELETRICO A BATERIA E MANUAL P/VENENO 20L	25	R\$ 414,00	R\$ 10.350,00
174	UN	PULVERIZADOR COSTAL MANUAL P/VENENO 20L	25	R\$ 188,00	R\$ 4.700,00
175	UN	QUADRO DISTRIBUICAO 3/4 DISJUNTORES	150	R\$ 27,87	R\$ 4.180,50
176	UN	QUADRO DISTRIBUICAO 6/8 DISJUNTORES	150	R\$ 43,27	R\$ 6.490,50
177	LT	QUEROSENE 5 LITROS	100	R\$ 111,63	R\$ 11.163,00
178	LT	QUEROSENE 900ML	100	R\$ 20,30	R\$ 2.030,00
179	UN	REBITE ALUMINIO 12MM	1000	R\$ 1,00	R\$ 1.000,00
180	UN	REBITE ALUMINIO 14MM	1000	R\$ 1,00	R\$ 1.000,00
181	UN	REBITE ALUMINIO 16MM	1000	R\$ 1,00	R\$ 1.000,00
182	UN	REBITE ALUMINIO 8MM	1000	R\$ 1,00	R\$ 1.000,00
183	UN	REDUÇÃO ESGOTO RETA 100 X 50 (TIPO: TIGRE OU DE MELHOR QUALIDADE)	60	R\$ 11,87	R\$ 712,20
184	UN	REDUÇÃO ESGOTO RETA 100 X 75 (TIPO: TIGRE OU DE MELHOR QUALIDADE)	60	R\$ 13,80	R\$ 828,00
185	UN	REFLETOR LED 100W IP66 A PROVA DE AGUA	120	R\$ 175,00	R\$ 21.000,00
186	UN	REFLETOR LED 200W IP66 A PROVA DE AGUA	120	R\$ 584,10	R\$ 70.092,00
187	UN	REFLETOR LED 20W IP66 A PROVA DE AGUA	120	R\$ 50,67	R\$ 6.080,40
188	UN	REFLETOR LED 50W IP66 A PROVA DE AGUA	120	R\$ 82,00	R\$ 9.840,00
189	UN	REGISTRO ESFERA 25MM EM LATAO	30	R\$ 51,33	R\$ 1.539,90
190	UN	REGISTRO ESFERA SOLDAVEL 20MM	30	R\$ 21,67	R\$ 650,10
191	UN	REGISTRO ESFERA SOLDAVEL 50MM	30	R\$ 98,67	R\$ 2.960,10
192	UN	REGUA ALUMINIO 1KG 2MT	30	R\$ 55,47	R\$ 1.664,10
193	UN	REJUNTE P/CERAMICA 1KG	350	R\$ 9,80	R\$ 3.430,00
194	UN	RELE FOTOELETRICO 220V	500	R\$ 43,13	R\$ 21.565,00
195	M	REVESTIMENTO PARA BANHEIRO	1000	R\$ 39,87	R\$ 39.870,00
196	UN	ROLDANA PLASTICA C/ PREGO 30 X 30	300	R\$ 1,00	R\$ 300,00
197	UN	ROLDANA PLASTICA C/ PREGO 36 X 36	300	R\$ 1,30	R\$ 390,00
198	UN	ROLO LA 23CM	50	R\$ 40,97	R\$ 2.048,50
199	UN	SELADOR ACRILICO 18L (TIPO: CORAL, EUCATEX OU DE MELHOR QUALIDADE)	200	R\$ 174,97	R\$ 34.994,00
200	UN	SELADOR ACRILICO 3,6L (TIPO: CORAL, EUCATEX OU DE MELHOR QUALIDADE)	150	R\$ 68,13	R\$ 10.219,50
201	UN	SIFAO SANFONADO DUPLO	50	R\$ 29,77	R\$ 1.488,50
202	UN	SIFAO UNIVERSAL SANFONADO	50	R\$ 10,80	R\$ 540,00
203	UN	SULFATO ALUMINIO 2KG (PISCINA)	24	R\$ 40,90	R\$ 981,60
204	UN	TANQUE DUPLO DE FIBRA SINTETICO	60	R\$ 263,97	R\$ 15.838,20
205	UN	TÊ ESGOTO 100 X 50 MM (TIPO: TIGRE OU DE MELHOR QUALIDADE)	100	R\$ 23,16	R\$ 2.316,00
206	UN	TÊ SOLDAVEL 25 X 1/2 AZUL (TIPO: TIGRE OU DE MELHOR QUALIDADE)	100	R\$ 10,47	R\$ 1.047,00
207	UN	TÊ SOLDAVEL 25 X 3/4 AZUL (TIPO: TIGRE OU DE MELHOR QUALIDADE)	100	R\$ 19,92	R\$ 1.992,00
208	UN	TÊ SOLDAVEL 50 MM (TIPO: TIGRE OU DE MELHOR QUALIDADE)	100	R\$ 17,83	R\$ 1.783,00
209	UN	TELHA 2,44 X 1,10M 5MM	400	R\$ 93,00	R\$ 37.200,00
210	UN	TELHA 3,66 X 1,10M 6MM	400	R\$ 149,47	R\$ 59.788,00



Estado de Goiás
Prefeitura Municipal de Itajá
Secretaria Municipal da Administração
Divisão de Compras e Licitações
CNPJ 02.186.757/0001- 47



211	UN	TELHA ROMANA	30000	R\$ 2,90	R\$ 87.000,00
212	LT	THINNER 900 ML	300	R\$ 21,30	R\$ 6.390,00
213	UN	TIJOLO MACIÇO 20 x 10 x 05	30000	R\$ 0,90	R\$ 27.000,00
214	LT	TINTA ACRILICA FOSCA 3,6 LITROS (TIPO: CORAL OU DE MELHOR QUALIDADE)	300	R\$ 202,63	R\$ 60.789,00
215	LT	TINTA ACRILICA FOSCA 18 LITROS (TIPO: CORAL OU DE MELHOR QUALIDADE)	300	R\$ 565,33	R\$ 169.599,00
216	LT	TINTA ACRILICA ACETINADO 3,6 LITROS (TIPO: CORAL OU DE MELHOR QUALIDADE)	150	R\$ 133,80	R\$ 20.070,00
217	LT	TINTA ACRILICA ACETINADO 18 LITROS (TIPO: CORAL OU DE MELHOR QUALIDADE)	150	R\$ 455,50	R\$ 68.325,00
218	LT	TINTA ACRILICA SEMI BRILHO 3,6 LITROS (TIPO: CORAL OU DE MELHOR QUALIDADE)	300	R\$ 194,30	R\$ 58.290,00
219	LT	TINTA ACRILICA SEMI BRILHO 18 LITROS (TIPO: CORAL OU DE MELHOR QUALIDADE)	300	R\$ 815,00	R\$ 244.500,00
220	LT	TINTA ESMALTE 3,6 LITROS (TIPO: CORAL OU DE MELHOR QUALIDADE)	300	R\$ 209,33	R\$ 62.799,00
221	LT	TINTA P/ PISO 3,6 LITROS	300	R\$ 129,63	R\$ 38.889,00
222	LT	TINTA P/ PISO 18 LTS	180	R\$ 413,97	R\$ 74.514,60
223	UN	TOMADA DUPLA 10A	130	R\$ 17,40	R\$ 2.262,00
224	UN	TORNEIRA LAVATORIO BICA MOVEL 1195 1/2 METAL	70	R\$ 110,93	R\$ 7.765,10
225	UN	TORNEIRA PIA 1/2 PVC	200	R\$ 15,33	R\$ 3.066,00
226	BR	TRELIÇA LEVE 6MTS	300	R\$ 46,60	R\$ 13.980,00
227	UN	TRENA FIBRA 30M	40	R\$ 132,63	R\$ 5.305,20
228	BR	TUBO ESGOTO 100 MM (TIPO: TIGRE OU DE MELHOR QUALIDADE)	100	R\$ 153,63	R\$ 15.363,00
229	BR	TUBO ESGOTO 200 MM (TIPO: TIGRE OU DE MELHOR QUALIDADE)	100	R\$ 944,67	R\$ 94.467,00
230	BR	TUBO ESGOTO 40 MM (TIPO: TIGRE OU DE MELHOR QUALIDADE)	100	R\$ 64,03	R\$ 6.403,00
231	BR	TUBO ESGOTO 50 MM (TIPO: TIGRE OU DE MELHOR QUALIDADE)	100	R\$ 107,63	R\$ 10.763,00
232	BR	TUBO ESGOTO 75MM (TIPO: TIGRE OU DE MELHOR QUALIDADE)	100	R\$ 187,67	R\$ 18.767,00
233	BR	TUBO SAÍDA VALVULA DE DESCARGA PONTA AZUL	100	R\$ 18,23	R\$ 1.823,00
234	BR	TUBO SOLDABEL 20 MM (TIPO: TIGRE OU DE MELHOR QUALIDADE)	100	R\$ 43,13	R\$ 4.313,00
235	BR	TUBO SOLDABEL 25 MM (TIPO: TIGRE OU DE MELHOR QUALIDADE)	100	R\$ 40,57	R\$ 4.057,00
236	BR	TUBO SOLDABEL 32 MM (TIPO: TIGRE OU DE MELHOR QUALIDADE)	100	R\$ 56,83	R\$ 5.683,00
237	BR	TUBO SOLDABEL 50 MM (TIPO: TIGRE OU DE MELHOR QUALIDADE)	100	R\$ 155,77	R\$ 15.577,00
238	UN	VALVULA DE ESFERA 2" DN50 BRUTO	25	R\$ 185,17	R\$ 4.629,25
239	UN	VALVULA DE PIA COZINHA AMERICANA ESCOAMENTO 1623 3.1/2	40	R\$ 37,08	R\$ 1.483,20
240	UN	VALVULA DESCARGA 1.1/2 DN40	80	R\$ 162,30	R\$ 12.984,00
241	UN	VALVULA P/TANQUE PVC 1/4	30	R\$ 12,70	R\$ 381,00



Estado de Goiás
Prefeitura Municipal de Itajá
Secretaria Municipal da Administração
Divisão de Compras e Licitações
CNPJ 02.186.757/0001- 47



242	UN	VENEZIANA 1,20 X 1,00	50	R\$ 331,67	R\$ 16.583,50
243	UN	VENEZIANA 1,50 X 1,00	50	R\$ 534,63	R\$ 26.731,50
244	LT	VERNIZ ACRILICO 3,6 LITROS (TIPO: EUCATEX OU DE MELHOR QUALIDADE)	120	R\$ 151,30	R\$ 18.156,00
245	LT	VERNIZ ACRILICO 18 LITROS (TIPO: EUCATEX OU DE MELHOR QUALIDADE)	120	R\$ 452,63	R\$ 54.315,60
246	LT	VERNIZ TINGIDOR MOGNO 3.600 ML (TIPO: EUCATEX OU DE MELHOR QUALIDADE)	120	R\$ 219,77	R\$ 26.372,40
247	UN	VITRO 60X40	50	R\$ 189,97	R\$ 9.498,50
248	UN	VITRÔ COR. CENT. GDE QUAD 1,50 X 1,00	40	R\$ 315,30	R\$ 12.612,00
TOTAL					R\$ 3.909.278,96

02 - MOTIVAÇÃO:

Assim sendo, a motivação para a Abertura de Processo Licitatório, para o Município de Itajá necessita da contratação de empresas para futura e eventual aquisição de Materiais de Construção (básico, elétrico, hidro sanitário e acabamento) para atender as necessidades do Departamento de Obras e Serviços Urbanos e Fundo Municipal de Assistência Social, para doações aos munícipes carentes, de acordo com a Lei Municipal Complementar nº 32 de 14 de março de 2016, para o exercício de 2024. Pois, os materiais são necessários dentro dos vetores, para manutenção das atividades cotidiana do Município, sem os quais poderá prejudicar as atividades que são desenvolvidas, pois eles são utilizados no dia a dia da Municipalidade.

03 - DA ENTREGA E SUBSTITUIÇÃO DOS PRODUTOS

3.1-A entrega deverá ser em horário de expediente das 07:00 às 13:00 horas, **com prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis**, a partir do recebimento da autorização de fornecimento. O endereço de entrega será na Rua Antônio Nunes da Silva, n. 235, Centro, Itajá/GO, telefone de contato (64) 3648-7500, ou em outro local designado por essa administração.

3.2-A vencedora é obrigada a substituir, no total ou em parte, os produtos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

04 - DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1-O pagamento será efetuado em até 30 dias após apresentação da nota fiscal/ fatura, contendo descrição do objeto correspondente ao item entregue, devidamente atestada pelo setor responsável realizado através de **TRANSFERENCIA BANCARIA** em conta corrente da Vendedora.

4.2-No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura serão devolvidos à contratada para as correções necessárias, não respondendo a contratante por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.



5 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1-As despesas relativas a este processo licitatório correrão por conta de recursos previstos em Lei Orçamentária em vigência, na seguinte Rubrica

0206 – DEPTO. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

04.122.1415.4.006 - Manutenção do Depto de Obras e Serviços Urbanos

33903000 - Material de Consumo

04.122.1425.3.004 – Construção, Ampliação e Reforma de Prédios Públicos

449051 - 0000 - Obras e Instalações

0701 – FMAS DE ITAJÁ

08.244.1408.4.008 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

339032 – 0100 – Material de Dist. Gratuita

0801 – FUNDO MUNICIPAL HAB DE INTERESSE SOCIAL ITAJA

16.482.1416.3.016 – Construção e Adequação de Moradias

449051 - 0000 - Obras e Instalações

0501 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAJA

10.302.1410.4.044 – Manutenção do Atendimento Hospitalar e Ambulatorial

33903000 - Material de Consumo

0401 – FUNDO MANUT. E DESENV.EDUC.BASICA DE ITAJA – FUNDEB

12.361.1412.4.035 – Atividades de Ensino Fundamental

33903000 - Material de Consumo

12.365.1412.4.036 – Atividades de Educação Infantil

33903000 - Material de Consumo

06 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES APLICÁVEIS:

6.1-Aplica-se o disposto na Lei 14.133/2021 e legislação vigente.

07 - DO VALOR ESTIMA:

7.1-Os documentos auxiliares e os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços de referência, nos termos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, constam dos autos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 73864/2024**.

7.2-Memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte

7.2.1-PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS;

7.2.2-Valor estimado através de pesquisa de mercado de Valor Total R\$ 3.909.278,96 (três milhões e novecentos e nove mil e duzentos e setenta e oito reais e noventa e seis centavos).

08 - DAS OBRIGAÇÕES

8.1-DA CONTRATADA:



a)Efetuar a entrega dos produtos solicitados conforme Ordem de Compras, e demais documentos emitidos pela Secretaria demandante, devidamente assinada por servidor competente para tal;

b)Comunicar imediatamente e por escrito ao Município de Itajá, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

c)Atender com prontidão às reclamações por parte do recebedor dos produtos objeto da presente Licitação;

d)Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação;

e)Comunicar ao Contratante modificação em seu endereço ou informações de contato, sob pena de se considerar perfeita a notificação realizada no endereço constante na Ata;

8.1.2-Arcar com todas as despesas inerentes direta ou indiretamente ao fornecimento dos serviços, que incidam ou venham a incidir sobre o Contrato ou decorrentes de sua execução serão de exclusiva responsabilidade da empresa Detentora da Ata.

8.1.3-Aceitar nas mesmas condições de fornecimento, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco) por cento do valor total adjudicado.

8.1.4-A Contratada está obrigada a responsabilizar-se por danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, ou dolo na execução do objeto em questão, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade e fiscalização ou o acompanhamento da Contratante.

8.1.5-A Contratada está obrigada a assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando: em decorrência da espécie, forem vítimas seus empregados no desempenho do objeto ou em conexão com eles, ainda que ocorridas em dependências da Contratante.

8.1.6-A Contratada está obrigada a cumprir e fazer cumprir, seus prepostos, mandatários ou conveniados; leis, regulamentos e posturas, bem como, quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto da contratação em questão, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus prepostos ou convenientes.

8.2-DO CONTRATANTE:

8.2.1.O Gestor do ATA/Contrato, deverá acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos produtos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, diretamente ou por meio de Preposto, que exercerá ampla e irrestrita fiscalização do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive quanto às obrigações da CONTRATADA constantes também do Termo de Referência;

8.2.2-Compete ainda ao CONTRATANTE:



- a) Quitar o cumprimento financeiro assumido com a(s) licitante(s) vencedora(s), desde que não haja impedimento legal para o fato;
- b) Notificar, formal e tempestivamente a Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento da Ata;
- c) Notificar a(s) licitante(s) vencedora(s) por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- d) Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;
- e) Prestar à contratada todos os esclarecimentos necessários à execução do Contrato;
- f) Todas as demais obrigações constantes no Edital quefará parte integrante do Contrato/ATA.

09 - DAS GARANTIAS.

9.1-Garantia, consistindo na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº.8.078, de 11/09/1990– Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

9.2-A empresa fornecedora dos bens será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações do Termo.

9.3-Na substituição de materiais defeituosos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante.

10 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

10.1-Os itens deverão ser entregues intactos ou qualquer outro defeito que possa comprometer a qualidade dos mesmos, respeitando as embalagens primárias e secundárias.

10.2-A empresa ganhadora dos itens será responsável pela substituição, troca ou reposição dos mesmos por ventura entregues com defeito, danificados ou não compatíveis com as especificações do edital.

10.3-Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei, ligadas ao cumprimento do presente Contrato.

11 - EM TERMOS DE ECONOMICIDADE A SEREM ALCANÇADOS

11.1-A economicidade a ser obtida pela Administração, em relação à aquisição de forma parcelada de Materiais de Construção (Básico, Elétrico, Hidro Sanitário e Acabamento) para atender as necessidades do Departamento de Obras e Serviços Urbanos, Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Manut. Desenv. Educ. Básica de Itajá - FUNDEB e Fundo de Saúde do Município de Itajá/Go, poderá ser conseguida pelo recurso da competitividade entre empresas do ramo, mediante regular e adequado processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, cujo fator preponderante será atingir o MENOR PREÇO. Assim mediante tal critério e/ou parâmetro, necessariamente a Administração obterá a economia, não obstante seja ela uma expectativa que dependerá



Estado de Goiás
Prefeitura Municipal de Itajá
Secretaria Municipal da Administração
Divisão de Compras e Licitações
CNPJ 02.186.757/0001- 47



diretamente dos preços praticado no mercado em relação ao objeto ofertado pelas empresas, cuja escolha recairá naquela que oferecer o menor preço.

Itajá-GO, em 28 de maio de 2024

Marcelo Faria Santos
Pregoeiro



ANEXO II

PROPOSTA COMERCIAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2024
(Papel timbrado da licitante)

Dados a constar na proposta, preenchimento pelo proponente Empresa:
CNPJ:

Endereço:
Nome para Contato: Telefone e endereço eletrônico (e-mail).

Declaro que nos preços propostos, encontram-se incluídos o valor de todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, bem como quaisquer outros necessários à disposição ou fornecimento do objeto da presente licitação.

Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos às condições contidas no Edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2024**, retro mencionado, bem como verificamos todas as especificações nele exaradas, não havendo qualquer discrepância nas informações e/ou documentos que dela fazem parte.

Declaramos, ainda, que estamos cientes de todas as condições que possam, de qualquer forma, influir nos custos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa ao fornecimento do seu objeto.

DA PROPOSTA:

1.1 Apresentamos nossa proposta para fornecimento de forma parcelada de Materiais de Construção (Básico, Elétrico, Hidro Sanitário e Acabamento) para atender as necessidades do Departamento de Obras e Serviços Urbanos, Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Manut. Desenv. Educ. Básica de Itajá - FUNDEB e Fundo de Saúde do Município de Itajá/Go, conforme planilha abaixo

1.2 Especificação do Objeto e Quantidade:

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	P. UNIT	PREÇO TOTAL



Estado de Goiás
Prefeitura Municipal de Itajá
Secretaria Municipal da Administração
Divisão de Compras e Licitações
CNPJ 02.186.757/0001- 47



Total						

valor total por extenso em R\$ (.....)

....., ... de de

(Local)(Data)

.....

Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal

- a) Validade da proposta de 60 (sessenta) dias.
b) Prazo do início do fornecimento (entrega).



ANEXO III
DECLARAÇÃO DE PROPOSTA ECONÔMICA
MODELO (Papel timbrado da licitante)

EDITAL DE LICITAÇÃO N. 006/2024

PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2024

1.1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (BÁSICO, ELÉTRICO, HIDRO SANITÁRIO E ACABAMENTO) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MANUT. DESENV. EDUC. BASICA DE ITAJÁ - FUNDEB E FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAJÁ/GO.

A Empresa, inscrita no CNPJ sob o nº..... ,
com sede na....., por intermédio do seu
representante legal

o(a) Sr(a), portador(a) do Documento de Identidade nº..... ,
órgão emissor e do CPF nº, DECLARA para fins
de participação no Pregão Presencial Nº 003/2024, que sua proposta comercial compreende a
integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na
Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas
de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das
propostas, conforme disposto no § 1º art. 63º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

....., ... de de
(Local)(Data)

.....
Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal

(Envelopes 02)



ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
MODELO (Papel timbrado da licitante)

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 006/2024
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2024

1.1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (BÁSICO, ELÉTRICO, HIDRO SANITÁRIO E ACABAMENTO) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MANUT. DESENV. EDUC. BASICA DE ITAJA - FUNDEB E FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAJÁ/GO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

A Empresa, inscrita no CNPJ sob o nº,
com sede na, por intermédio do seu representante legal o(a)
Sr(a)

....., portador(a) do Documento de Identidade nº,
órgão emissore do CPF nº, DECLARA para fins
de participação no Pregão Presencial Nº 003/2024, que atendem aos requisitos de
habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, e que,
até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, ciente da
obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme disposto no inciso I do art. 63º
da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

Declaro ainda que conheço e concordo com todos os termos deste Edital.

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

....., ... de de

(Local)(Data)

.....

Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal

(Fora dos envelopes)



ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO
PORTE**

MODELO (Papel timbrado da licitante)

EDITAL DE LICITAÇÃO N 006/2024

PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2024

1.1.OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE (DE PRIMEIRA LINHA) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO E DE TRANSPORTES, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I – Termode Referência.

A Empresa, inscrita no CNPJ sob o nº.....,com sede na, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a)

....., portador(a) do Documento de Identidade nº....., órgão emissor

..... e do CPF nº, DECLARA para fins de participação

no Pregão Presencial Nº 003/2024, sob as penalidades da lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

....., ... de de

(Local)(Data)

.....

Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal

(Fora dos envelopes)



ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO
XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

MODELO (Papel timbrado da licitante)

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 006/2024

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2024

OBJETO: Aquisição de forma parcelada de materiais de construção (básico, elétrico, hidro sanitário e acabamento) para atender as necessidades do Departamento de Obras e Serviços Urbanos, Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Manut. Desenv. Educ. Básica de Itajá - FUNDEB e Fundo de Saúde do Município de Itajá/go, conforme especificações e quantidades estimadas no Termo de Referência.

A Empresa, inscrita no CNPJ sob o nº....., com sede na....., por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) do Documento de Identidade nº....., órgão emissor e do CPF nº.....,DECLARA para fins de participação no Pregão Presencial Nº 003/2024, que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que a empresa não possui menores de dezoito anos em condições de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, de acordo com o incisoVI do art. 68º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz

().

....., ... de de

(Local)(Data)

.....

Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante LegalObs.: Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima

(Envelopes 02)



ANEXO VII

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2024**

A empresa _____, inscrita no CNPJ
(M.F.) sob o nº _____

_____, sediada à Rua/Avenida _____ nº _____,
Setor/Bairro _____

_____, na cidade de _____ Estado de _____,
neste atorepresentado pelo seu sócio/procurador o Senhor _____, nacionalidade,
estado civil, residente e domiciliado na _____, portador da Carteira de Identidade nº _____
e CPF nº _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que, até
a presente data, **inexistem quaisquer fatos impeditivos para sua habilitação**, no
presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências
posteriores.

_____, ____/____/____.

Local e Data

Nome, RG do Representante Legal, Carimbo e Assinatura Carimbo do CNPJ

(Envelope 02)



ANEXO VIII

**DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO PREGÃO
PRESENCIAL Nº 003/2024**

A empresa _____, inscrita no CNPJ
(M.F.) sob o nº _____ sediada _____ à
Rua/Avenida _____ nº _____, Setor/Bairro
_____, na cidade de _____ Estado de _____, neste

_____, **DECLARA**, sob as penas da lei, para fins de participação
no **Pregão Presencial nº 003/2024**, a inexistência de vínculo de natureza técnica,
comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade
contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na
fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente
em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

_____, ____/____/____.
Local e Data

Nome, RG do Representante Legal, Carimbo e Assinatura Carimbo do CNPJ

(Envelopes 02)



ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

MODELO (Papel timbrado da licitante)

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 006/2024

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2024

A Empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede na, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) , portador(a) do Documento de Identidade nº, órgão emissor e do CPF nº, DECLARA para fins de participação no Pregão Presencial Nº 003/2024, não ter recebido da Administração Pública direta e indireta do Município de Itajá, penalidade de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e ou impedimento de contratar, assim como não ter recebido DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

....., ... de de

(Local)(Data)

.....

Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal

(Envelopes 02)



ANEXO X

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2024

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Através do presente, credenciamos o(a)
Sr.(a).....,

portador(a) do RG n.º..... e do CPF n.º....., a
participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Itajá
Estado de Goiás, na modalidade Pregão Presencial nº 003/2024 na
qualidade de representante legal, outorgando-lhe poderes para
pronunciar-se em nome da empresa, bem
como formular propostas, ofertar lances verbais, renunciar direitos,
desistir de recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao
certame.

....., de de 2024.

Representante Legal

(fora dos envelopes)



ANEXO – XI

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL
PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº: 003/2024
EDITAL DE LICITAÇÃO – SRP Nº 006/2024
PROCESSOS Nº 73864/2024
VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES

Aos..... dias do mês de..... de dois mil e vinte um (.../.../2024), na sede Administrativa do Município de Itajá-GO, sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada á Rua Antônio Nunes da Silva, n. 235, Centro - Itajá – GO,, o Agente de Contratação e equipe de apoio nomeados pela Decreto nº 1224A/2023, de 03 de abril de 2023,nos termos da Lei Federal nº. 11.133 de 1º de abril de 2021 Lei Complementar nº. 123/2006, Decreto nº 1224A/2023, de 03 de abril de 2023, conforme a classificação das propostas apresentadas no Edital de Licitação n:º 006/2024 modalidade: PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 003/2024 (MENOR PRECO POR ITEM), vista ao SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, do resultado e julgamento das proposta de preços, Homologado pela Gestora do Poder Executivo. do processo acima referenciado, resolve REGISTRAR OS PREÇOS: OFERECIDOS PELOS LICITANTES, **conforme especificações, quantitativos e valores constantes, das propostas realinhadas e relatório de vencedores**, que passa a fazer parte desta tendo sido o referido preço oferecido pelas empresas, cuja proposta foi classificada em primeiro e declarada vencedora no certame acima numerado como segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

Registro de Preços para futura e eventual aquisição de forma parcelada de materiais de construção (básico, elétrico, hidro sanitário e acabamento) para atender as necessidades do Departamento de Obras e Serviços Urbanos, Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Manut. Desenv. Educ. Básica de Itaja - FUNDEB e Fundo de Saúde do Município de Itajá/go, conforme especificações e quantidades estimadas no Termode Referência Relatório dos vencedores e proposta realizada.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DOS LICITANTES REGISTRADOS



- I. Assinar a presente com o MUNICÍPIO e/ou com os órgãos participantes no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da solicitação formal.
- II. Entregar os produtos licitados de acordo com solicitação (requisição) dos órgãos municipais.
- III. Prover condições que possibilitem o atendimento das obrigações firmadas a partir da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços.
- IV Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao MUNICÍPIO, aos órgãos participantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses

CLÁUSULA QUARTA- DOS FORNECEDORES E VALORES LICITADOS

4.1- Fornecedor Registrado:

1ª Empresa..... inscrita no CNPJ/MF sob o nº estabelecida á, Ruanº..... Setor, neste ato representada pelo sócio SR., portador da RG nº e CPF nº, residente e domiciliado em.....-GO a RuaSetor....., cidade.....

2–A Presente Ata totaliza um montante de **R\$** (.....)

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

São obrigações do MUNICÍPIO, entre outras:

- I. Gerenciar, através do Departamento de Compras de Itajá, esta Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes desta Ata;
- II. Observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;
- III. Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do presente Registro de Preços, através da Comissão Permanente de Licitação - CPL;
- IV. Publicar o preço, o fornecedor e as especificações do objeto, em forma de extrato, na imprensa oficial do Município, sem prejuízo de outras formas de divulgação, inclusive pela rede mundial de computadores - Internet, durante a vigência da presente ata;
- V. Encaminhar o processo do PREGÃO SRP Presencial e a Ata de Registro de Preços, devidamente publicada, ao TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS, para fins de anotação dos valores registrados, visando aferir os valores das aquisições a serem realizadas.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO



Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do PREGÃO PRESENCIAL-SRP n. 003/2024, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de itens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida a ordem de classificação das propostas e os preços registrados.

CLÁUSULA SETIMA – DO REGISTRO DE PREÇOS

O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLAUSULA OITAVA - DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1-O pagamento será efetuado em até 30 dias após apresentação da nota fiscal/ fatura, contendo descrição do objeto correspondente ao item entregue, devidamente atestada pelo setor responsável realizado através de **TRANSFERENCIA BANCARIA** em conta corrente da Vendedora.

8.2-No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura serão devolvidos à contratada para as correções necessárias, não respondendo a contratante por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes

CLAUSULA NONA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1-As despesas relativas a este processo licitatório correrão por conta de recursos previstos em Lei Orçamentária em vigência, na seguinte Rubrica;

0206 – DEPTO. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

04.122.1415.4.006 - Manutenção do Depto de Obras e Serviços Urbanos

33903000 - Material de Consumo

04.122.1425.3.004 – Construção, Ampliação e Reforma de Prédios Públicos

449051 - 0000 - Obras e Instalações

0701 – FMAS DE ITAJÁ

08.244.1408.4.008 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

339032 – 0100 – Material de Dist. Gratuita

0801 – FUNDO MUNICIPAL HAB DE INTERESSE SOCIAL ITAJA

16.482.1416.3.016 – Construção e Adequação de Moradias

449051 - 0000 - Obras e Instalações

0501 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAJA

10.302.1410.4.044 – Manutenção do Atendimento Hospitalar e Ambulatorial

33903000 - Material de Consumo

0401 – FUNDO MANUT. E DESENV. EDUC. BASICA DE ITAJA – FUNDEB

12.361.1412.4.035 – Atividades de Ensino Fundamental

33903000 - Material de Consumo

12.365.1412.4.036 – Atividades de Educação Infantil



33903000 - Material de Consumo

CLAUSULA DECIMA - DAS ALTERAÇÕES DA DO CONTRATO/ATA

10.1-O Contrato poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021:

10.2-Os valores da ata são fixos e irredutíveis, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento e justificativa expressos do Fornecedor/Prestador de Serviços e comprovação documental, decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços, cabendo ao órgão promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

10.3-Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus valores aos praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

10.4-A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus valores aos valores de mercado observará a classificação original.

10.5-Se ocorrer do preço de mercado tornar-se maior que os valores registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Contratante poderá:

10.6-Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

10.7-Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

10.8-Não havendo êxito nas negociações, o Contratante deverá proceder à revogação do Contrato, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

10.9-O Contrato será cancelado mediante formalização por despacho do órgão Contratante, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando o fornecedor:

10.10-Descumprir as condições do Contrato;

10.11-Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

10.12-Não aceitar reduzir o seu valor registrado, na hipótese deste se tornar superior aos valores praticados no mercado; ou

10.13-Sufrer sanção prevista no art. 156º, incisos I ao IV da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

10.14-O cancelamento do contrato poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:



10.15-Por razão de interesse público; ou

10.16-A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - ALTERAÇÃO DO CONTRATO

11.1-Este contrato poderá ser alterado nos termos da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, mediante a formalização do correspondente Termo de Aditamento.

Parágrafo único – A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste CONTRATO, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre as partes ultrapassar o limite indicado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PENALIDADES PELAS INFRAÇÕES CONTRATUAIS E INADIMPLÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS

12.1.O descumprimento do prazo de entrega sujeitará a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo das previstas no Edital de Pregão Presencial do qual se originou o Contrato, a qual faz parte integrante do presente Contrato:

a) Multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) do valor de cada pedido, a cada dia de atraso, contados do estabelecido no Edital de Pregão, até o limite de 10% (dez por cento) de cada fornecimento.

b) Multa de 10% (dez por cento) do valor do fornecimento e rescisão do presente contrato, sem prejuízo do cancelamento do Contrato.

c) Impedimento de contrato com a Prefeitura Municipal de Itajá pelo período até 5 (cinco) anos, caso a rescisão decorra de qualquer das situações previstas no Edital e no Contrato. Parágrafo único: A CONTRATADA também é responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente termo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado nos termos da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RESCISÃO CONTRATUAL

13.1-A inexecução total ou parcial deste contrato ensejará a sua rescisão nos termos da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo único – Na hipótese de rescisão, a CONTRATANTE poderá reter créditos e promover a cobrança judicial ou extrajudicial de perdas e danos, a fim de se ressarcir de prejuízos que a advierem do rompimento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DA ATA

O Registro de Preços dos fornecedores registrados será cancelado quando:

I. Houver interesse público, devidamente fundamentado;

II. O fornecedor descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

III. O fornecedor não assinar a Ata de Registro de Preço no prazo determinado neste edital, sem justificativa aceita pelo MUNICÍPIO;

IV. Se constatar a existência de declaração de inidoneidade do fornecedor;

V. O fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, no caso deste se tornar superior ao praticados no mercado;



VI. Por iniciativa do próprio fornecedor, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade do cumprimento das exigências do instrumento convocatório que deu origem à está ARP, tendo em vista fato superveniente e aceito pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DA INIDONEIDADE

A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública será proposta se constatada má fé, ação maliciosa e premeditada da CONTRATADA em prejuízo do MUNICÍPIO, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos ao MUNICÍPIO ou aplicações sucessivas das outras penalidades anteriormente descritas.

Parágrafo Único: A penalidade prevista nesta cláusula é de competência exclusiva do MUNICÍPIO, facultada à contratada o devido processo legal, a ampla defesa e contraditório, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

CLAUSULA DECIMA SEXTA - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA DOS ITENS

16.1-O objeto desta licitação será fornecido de acordo com os pedidos formalizados através de Pedido de autorização de compras, ou requisição de forma parcelada de acordo com a necessidade do Fundo Municipal de Saúde.

16.2-Os produtos serão entregues, com prazo de até 05 (cinco) dias após a solicitação do Departamento, conforme marca, tipo e qualidade especificados na Proposta apresentada, e acompanhados das respectivas Notas Fiscais.

16.3-Os produtos deverão ser entregues no Hospital Municipal deste município ou Secretaria de Saúde.

16.4-Ficará a cargo da(s) vencedora(s) do(s) item(s) do certame, as despesas de seguros, entrega, transporte, descarga, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto desta licitação.

16.5-OS MEDICAMENTOS E OS PRODUTOS DEVERÃO TER VALIDADE NO MÍNIMO DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DO RECEBIMENTO, SALVO OS DE VALIDADES MENORES PREVISTO PELA ANVISA/LEI, OS QUAIS FICAM CONDICIONADOS AO LIMITE PREVISTO PELO FABRICANTE.

16.6-A Licitante que efetuar a entrega dos **Medicamentos e Materiais Farmacológico**, fora do prazo estipulado, ficarão impedidos de participar da próxima licitação da Prefeitura Municipal de Itajá-GO. Em caso de reincidência, será punida com o impedimento de participação em licitações públicas pelo período de 01 (um) ano

16.7-A entrega dos itens desta licitação deverá ser feita no endereço previsto no Pedido/Requisição, correndo por conta da vencedora as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, e ainda todas as despesas que diretamente ou indiretamente incidirem no fornecimento.

CLAUSULA DECIMA SETIMA - DAS REVISÕES DE PREÇOS

17.1-O valor registrado vigente poderá ser revisto, por solicitação formal do Signatário Detentor,



somente para que seja mantido o equilíbrio econômico-financeiro, conforme Art. 124 da Lei Federal 14.133/2021 de 01 de abril de 2021.

17.2-O pedido deverá ser enviado ao Gestor da Ata, através do protocolo geral do Município no horário de expediente.

17.3-A solicitação de revisão de preço(s) deverá ser devidamente justificada e acompanhada de documentos comprobatórios da sua necessidade, originais ou cópias autenticadas, a qual será analisada pela Assessoria Jurídica do Município.

17.4-Para a solicitação de revisão de preço(s), o Signatário Detentor terá que apresentar planilha atualizada da composição de preços do(s) produto(s), considerando todos os itens constantes na proposta anterior apresentada, quando da apresentação da proposta.

17.5-A análise para deferimento total ou parcial ou ainda indeferimento da revisão solicitada deverá ser instruída com justificativa e memória dos respectivos cálculos, para deliberação pela Assessoria Jurídica e pelo Gestor da Ata, em aproximadamente 10 (dez) dias úteis, contados a partir da entrega da documentação completa pelo Signatário Detentor.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1-As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP n. 003/2024 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas.

18.2-O presente registro decorre de adjudicação às PROMITENTES CONTRATADAS dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência do PREGÃO PRESENCIAL- SRP n. 002/2024 conforme decisão do Agente de Contratação do MUNICÍPIO, lavrada em Ata datada de/...../2024, e homologação que será feita pela senhora Gestora do Poder Executivo.

18.3-Caberá ao Departamento de Compras de Prefeitura Municipal de Itajá o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA DECIMA NONA – DO FORO.

Fica eleito o foro da Comarca Itajá, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente Ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Itajá/GO. aos dias do mês de de 2024.



Marcelo Faria Santos
Agente de Contratação

Murillo Severino Barbosa
Secretario Administração

PROMITENTE *CONTRATADA*:

1ª _____
Razão Social
Nome do Representante
Socio

2ª _____
Razão Social
Nome do Representante
Socio

3ª _____
Razão Social
Nome do Representante



Estado de Goiás
Prefeitura Municipal de Itajá
Secretaria Municipal da Administração
Divisão de Compras e Licitações
CNPJ 02.186.757/0001- 47



Socio

4^a

Razão Social
Nome do Representante
Socio



ANEXO XII

ETP – ESTUDO TECNICO PRELIMINAR

1 – INTRODUÇÃO

1.1 – Informações

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos levaram à necessidade de abertura de processo licitatório para a aquisição de materiais de construção para Manutenção das Estruturas Prediais Municipais, conforme necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente tal aquisição e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2 – NECESSIDADE (Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, I)

2.1 – Descrição da Necessidade

A presente solicitação justifica-se em face da necessidade de garantir a manutenção e aprimoramento das estruturas prediais da Prefeitura de Itajá/GO.

Verifica-se que a Secretaria de Infraestrutura, Serviços Urbanos e Rurais atende uma alta demanda de reparos, manutenção e melhorias de vários setores da Prefeitura Municipal de Itajá, tais como: Hospital Municipal, UBS Leontino Lourenço de Assis, UBS Celio Vieira do Prado, escolas e creches municipais, o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, Departamento de Obras e entre outros.



A necessidade pela aquisição de materiais de construção se evidencia pela crescente demanda de realização de manutenções e reparos desde a parte hidráulica, elétrica, pintura e outros.

Nesse contexto, a aquisição de materiais de construção é fundamental para a realização de obras de reparo, visando proporcionar um ambiente adequado e seguro para o desenvolvimento das atividades e da população.

Ressalta-se que a falta de manutenção nas instalações prediais poderá acarretar no agravamento da situação das edificações afetadas, podendo chegar a um nível em que as avarias tornaram-se irreparáveis. Além disso, o estado precário das construções pode ocasionar acidentes, colocando a vida humana em risco.

3 – DO PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO (Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, II)

Não foi elaborado o Plano de Contratações Anual para o exercício 2024 para indicação do alinhamento com o mesmo.

4 – DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, III)

O requisito básico para Contratação da Empresa é que ela seja qualificada, e que conste o ramo de atividade no contrato social, seja licenciada e autorizada, tendo total competência e capacidade técnica para fornecer os materiais de construção conforme especificado no termo de referência.

Os materiais a serem comprados devem possuir qualidade mínima conforme especificação técnica de cada item, obedecendo às normas de fabricação NBR a fim de garantir a qualidade mínima dos produtos.

A empresa fornecedora dos materiais será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais que porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações dos itens. Na substituição de materiais defeituosos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante.



A empresa deverá adotar todos os requisitos e práticas necessárias no fornecimento dos itens e estar em dia com todas as obrigações relacionadas ao comércio dos produtos, seja da ordem fiscal, financeira, logística ou sustentável, ou

outra que por ventura necessitar de acordo com as leis que regem este tipo de transação.

4.1 – Área Requisitante

A requisição é solicitada pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

5 – DO QUANTITATIVO ESTIMADO (Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, IV)

Os quantitativos foram fundamentados no consumo dos últimos 12 meses e acrescida uma quantidade a mais para a margem de segurança, tendo em vista a dificuldade de prever-se quantas unidades de um determinado material serão necessárias num reparo ou numa manutenção e para atender as futuras obras a serem realizadas. Foi constatado também a falta de alguns itens, no qual foram analisados e incluídos, conforme termo de referência em anexo.

6 - DO LEVANTAMENTO DE MERCADO (Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, V)

Dentro do presente estudo, foram analisados processos de contratações semelhantes feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com a finalidade de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou soluções que melhor atendessem às necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

Das possíveis formas de aquisição dos materiais, verificou-se: solução 1 - buscar atas de registro de preços disponíveis para a realização de adesão; solução 2 - manifestar intenção de registro de preços junto a outro órgão, na condição de participante; solução 3 - realizar licitação própria.

Após análise criteriosa sobre as soluções, notou-se que não foi encontrada ata de registro de preços disponível para a realização de adesão que contemplasse todos os itens imprescindíveis para realização das manutenções e melhorias prediais, bem como o prazo de entrega que os fornecedores tem para atender as demandas, assim a melhor possibilidade é a realização de licitação.

Além disso, cada Secretaria possui diversas necessidades de demanda, sendo assim a quantidade de materiais necessários para manutenção predial é composta por centenas de itens



o que inviabilizaria uma adesão, por isso a licitação própria é a melhor opção para aquisição dos itens nesse caso.

7 - DA ESTIMATIVA DO VALOR (*Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, VI*)

A presente estimativa de valor inicialmente se dá em função da memória de cálculo de consumo do último exercício atualizada pelo índice oficial IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente”.

Sabe-se que no ETP a estimativa de valor da contratação visa levantar o eventual gasto com a solução escolhida de modo a avaliar a viabilidade econômica da opção, assim essa estimativa não se confunde com os procedimentos e parâmetros de uma pesquisa de preço para fins de verificação da conformidade aceitabilidade da proposta.

8 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E DAS EXIGÊNCIAS (*Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, VII*)

A solução especificada e que se pretende adquirir tais itens, refere-se à processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico/Presencial, através do Sistema de Registro de Preços. Verifica-se que optou-se pela contratação na modalidade de Sistema de Registro de Preços em virtude de visarmos uma melhor gestão financeira, administrativa e uma melhor gestão orçamentária.

Acredita-se, ainda, que este modelo, torna o processo mais enxuto e reduz desperdícios de tempo e informação, facilitando a gestão contratual e o gerenciamento de riscos, com redução de procedimentos administrativos, além de se reduzir custos financeiros, bem como, viabilizar o critério de economicidade e sustentabilidade para a Administração.

Sendo assim, tal solução é a mais viável, pois os materiais de construção são imprescindíveis e inerentes, pois é necessário proporcionar instalações adequadas e seguras para o desenvolvimento das atividades, sendo assim não possui outra maneira de adquiri-los que não seja por meio de licitação.



9 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO (Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, VIII)

Justifica-se que o objeto do presente será dividido em itens, portanto não há a necessidade de agrupamento em lotes. O parcelamento é técnica e economicamente viável, não representando perda de economia de escala.

As entregas serão parceladas de acordo com as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, tendo em vista a dificuldade de prever-se quantas unidades de um determinado material serão necessárias num reparo ou numa manutenção.

10 - DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, IX)

Os materiais de construção adquiridos serão aplicados nos diversos setores da Prefeitura Municipal de Itajá, de forma a sanar ou mitigar a demanda de serviços de manutenção, reparos e melhorias dos prédios públicos, assim o resultado pretendido é a preservação da integridade do patrimônio público municipal e a integridade pessoal de seus servidores e munícipes.

11 - DAS PROVIDÊNCIAS (Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, X)

Verifica-se que não há providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do processo licitatório.

12 - DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS (Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, XI)

No presente momento não há ata de registro de preços ou contratações correlatas entre o Município de Itajá e pessoa jurídica de direito privado cujo objeto seja relacionado ou semelhante ao da presente aquisição.

13 - DOS IMPACTOS AMBIENTAIS (Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, XII)

Não se verifica impactos ambientais relevantes, mas no que diz respeito às obrigações da Secretaria solicitante, o mesmo deve proceder o uso responsável do material adquirido, assim como dar destino adequado aos resíduos gerados.



A Prefeitura consta algumas práticas de gestão adequadas de resíduos, incluindo a separação e a destinação correta dos materiais descartados, no qual é fundamental para reduzir o impacto ambiental.

Diante da importância de se adotar medidas para minimizar os possíveis impactos ambientais gerados, sugere-se promover a reutilização e a reciclagem de alguns materiais de construção o que irá reduzir o volume de resíduos enviados para aterro sanitário. Materiais como concreto, tijolos e metais poderão ser triturados e reciclados para serem utilizados em novas obras.

Sugere-se também priorizar o uso de materiais de construção sustentáveis, como materiais reciclados, madeira certificada e produtos de baixo impacto ambiental.

14 - DA CONCLUSÃO (Ref.: Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, XIII)

Diante do exposto, conclui-se que é imprescindível a realização de licitação para aquisição de material de construção, visando assim atender às necessidades das manutenções e melhorias prediais.

A realização de licitação possibilita a obtenção dos melhores preços e condições de mercado, contribuindo para a otimização dos recursos públicos. Por meio da competição entre fornecedores, busca-se garantir a economicidade na aplicação dos recursos destinados à infraestrutura, maximizando o resultado obtido com os investimentos realizados.

A manutenção regular das estruturas físicas é essencial para garantir a conformidade com as normas de segurança estabelecidas pelos órgãos competentes. Assim, a aquisição de materiais de construção de qualidade é crucial para assegurar a integridade das edificações e a segurança dos ocupantes, prevenindo acidentes e danos materiais.

Isso assegura a durabilidade, segurança e eficiência das instalações, preservando o patrimônio público e proporcionando um ambiente adequado para o cumprimento das atividades institucionais.



O estudo preliminar evidencia que a contratação pretendida mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

Responsável

REGINALDO APARECIDO FERREIRA DE LIMA
Responsável pela Elaboração do Estudo Técnico Preliminar

